

7.08.99 – Educação.

UM PASSO PARA TRÁS: POLÍTICAS PÚBLICAS E COMPREENSÃO DO FUNCIONAMENTO E DAS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA

Carolina Fontana da Silva^{1*}, Graziela Escandiel de Lima²

1. Estudante de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria

2. Professora no Departamento de Metodologia do Ensino – Centro de Educação da UFSM / Orientadora

Resumo:

O presente texto objetiva refletir sobre os questionamentos que impulsionaram a proposta do Projeto de Pesquisa “Mapeamento da Educação Infantil no Município de Santa Maria: tensões e ressonâncias acerca das políticas públicas – expansão e qualidade” e demonstrar as primeiras relações estabelecidas em 2016, entre as políticas públicas em suas configurações propositivas e mandatórias e as questões de oferta e expansão com qualidade da Educação Infantil (pública) no referido município. Através de uma abordagem quantitativa aliada à qualitativa, trabalhou-se com estatísticas referentes aos números de vagas e matrículas por faixa etárias, turno e esferas administrativas. A aproximação dos dados levantados com a realidade do município proporcionará, em parte, visualizar a Educação Infantil como um todo, num processo em que teorias, concepções, práticas, espaços, tempos e políticas públicas se inter-relacionam e podem constituir a expansão com qualidade da Educação Infantil no Município.

Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas Públicas; Expansão e qualidade.

Apoio financeiro: FIPE/UFSM

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UFSM.

Introdução:

A Educação Infantil tem sido alvo de dicotomias nas pesquisas que buscam pensar sobre tempo, espaço, os atores e o trabalho desenvolvido. Em meio a tantas pesquisas e discussões é comum ocorrer um impasse entre teoria e prática, justamente por conta da distância entre o que se produz de teórico e a realidade das redes de ensino. Dentre as pesquisas realizadas na área, percebeu-se a carência que existe em relação à realidade da Educação Infantil em Santa Maria/RS, assim

como a dificuldade em acessar determinados documentos municipais, que existem apesar das teorias e pelas teorias.

Os questionamentos que impulsionaram a pesquisa vieram ao encontro dos debates ocorridos nas reuniões de estudo do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) Pedagogia – Educação Infantil da UFSM, com acadêmicas do curso de Pedagogia, de diferentes semestres, mestrandas em educação e professoras da Rede Municipal de Ensino, que levavam até aos encontros do grupo, problemáticas que percorriam as políticas públicas e a sua implementação, bem como a organização da Educação Infantil no Município.

Por conta das demandas observadas, definiu-se como objetivo principal do projeto de pesquisa o Mapeamento da Educação Infantil, com a coleta de informações que indiquem o número de crianças matriculadas por esfera administrativa, número de vagas para crianças de zero a três e para as crianças de quatro a cinco anos, matrículas e vagas na esfera pública e privada, assim como nas escolas conveniadas, e por turnos. Da mesma forma busca-se mapear a organização da Rede Municipal de Ensino quanto à estrutura, organização das escolas e grupos de crianças, turnos de atendimentos, dados de formação, carreira e condições de trabalho das professoras e dos diferentes setores e pessoas envolvidas na educação das crianças na esfera pública, relacionando a ampliação, oferta e expansão de vagas com a qualidade do atendimento. Tenciona-se compreender em que medida a expansão da Educação Infantil está acontecendo e com que qualidade, além de visualizar os tempos e espaços em que essa etapa da Educação Básica acontece.

Metodologia:

A fim de cumprir com o intuito da pesquisa, trabalhou-se com a abordagem quantitativa aliada à qualitativa, através dos dados referentes ao número de matrículas e vagas nas diferentes esferas do atendimento

às crianças e por turnos e o número de vagas para crianças de zero a três e quatro e cinco anos. Para tanto, dedicou-se um olhar atento, através dos dados coletados junto aos estudos feitos sobre as funções e formas de atuação do Sistema Municipal de Ensino com seu Conselho Municipal de Educação no município de Santa Maria, no que se refere à implementação das políticas públicas na Educação Infantil.

Em relação ao Mapeamento da Educação Infantil propriamente dito, agendamos visitas na Secretaria Municipal de Educação e no Conselho Municipal de Educação, a fim de recolhermos dados para nossa pesquisa. O instrumento de coleta de dados entregue para a SMEd, em síntese, solicitava o número de escolas por dependência administrativa, a forma de distribuição de vagas, informações relativas aos convênios e a lista de escolas privadas com Registro e Autorização do Conselho Municipal de Educação para funcionamento.

Para realizar uma análise mais aprofundada do tema, utilizamos dados disponibilizados no site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Plataforma QEdU e Observatório do PNE, sendo feito um recorte a nível nacional e outro a nível local para dialogarmos com os dados coletados através do instrumento elaborado. Os dados estão sendo organizados tendo como base o referencial teórico e as políticas públicas estudadas, bem como os objetivos aos quais o grupo se dedica nas reuniões de estudo e reflexões acerca da Educação Infantil.

Resultados e Discussão:

A questão orientadora da pesquisa para o ano de 2016 foi: “Como e em que espaços e tempos é feita a Educação das crianças com idade de zero a cinco anos no município de Santa Maria?”, e para respondê-la fez-se necessário dar-se um passo para trás, buscando compreender como a Educação Infantil está posta nas Políticas Públicas à nível federal, estadual e municipal, refletindo sobre a abrangência, ingerência e responsabilidades que auxiliem a pensar a Educação Infantil. Também evidenciamos a necessidade de conceituar a qualidade tendo em vista sua relação e possibilidades na implementação da Lei 12.796, de 04 de abril de 2013.

Os desafios da implementação da Lei 12.796/2013 estão cada vez mais claros para o grupo. Dentre eles, sinalizamos algumas inquietações: Como atuam CME e SMEd na

implementação de uma política pública de grande transformação social que se propõe a colocar todas as crianças a partir de 4 anos nas escolas? Como e em que medida os processos de conveniamento têm sido eficazes na redistribuição de vagas de Educação Infantil no município? Essas vagas podem ser consideradas públicas? Como se caracterizariam essas formas de distribuição de vagas em escolas confessionais, filantrópicas e particulares no provimento da educação institucional de crianças pequenas? A regularização e autorização para o funcionamento das instituições de Educação Infantil têm sido processos eficazes no tocante à segurança e ao atendimento às políticas públicas vigentes? Essas são algumas das questões que nortearão os processos de investigação futuros na pesquisa.

Conclusões:

Com base nos dados coletados percebemos que há uma distribuição de número de crianças e turmas nas escolas que não prima pela equidade e coerência com a especificidade da Educação Infantil, que tem sua caracterização de acolhimento e possibilidade de permanência nas instituições de “modelo creche”. Essas instituições, supostamente, teriam mais vagas em turmas de turno integral e maior oferta de turmas de crianças pequenas – Berçários e Maternais. O que tem acontecido é o fechamento da possibilidade de permanência da criança em tempo integral na escola, visto que há mais demandado que vagas nas escolas.

Dessa forma, sinalizamos para a necessidade de intensificarmos esforços na coleta de dados de forma qualitativa, em forma de entrevistas e tendo como base o quantitativo da oferta da Educação Infantil, visto que a ideia de expansão e qualidade serão focos de estudos e análises a partir da abordagem que se pretende, momento em que faremos as tratativas de Autorização via Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM.

Salientamos que para o ano de 2017, daremos início à abordagem qualitativa da pesquisa através de entrevistas com representantes da SMEd e do CME com vistas a entender as atribuições de cada órgão na implementação da obrigatoriedade da Educação Infantil pública, bem como objetivamos conhecer as formas de acompanhamento e fiscalização da oferta e demandas que a educação das crianças em ambientes coletivos representa para nosso município e a sociedade como um todo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2009a.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 13.005/14**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014a.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei 9.394 [...] para dispor sobre a formação de profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm>. Acesso em: 16 fev. 2015.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 2014b. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Câmara da educação básica. Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13684:resolucoes-ceb2009&option=com_content>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.424. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. DOU, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. MEC. SEB. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BODGAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Editora do Porto, 1994.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla (Org.). **Políticas Públicas e Conselhos Municipais de Educação: Interloquções com o Pró-Conselho**. 1 ed. São Leopoldo: Oikos, 2015. 223 p.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031.

SANTA MARIA (RS). Fórum Municipal de Educação. **Documento-Base Plano Municipal de Educação**. Santa Maria, 2015a.

SANTA MARIA (RS). Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Lei nº 6001, de 18 de agosto de 2015**. Estabelece o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Santa Maria, 2015b.

SANTA MARIA (RS). Conselho Municipal de Educação. **Resolução CMESM nº 30, de 21 de novembro de 2011**. Define Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria – RS. Santa Maria, 2011.

SCHEIBE, Leda. Educação básica no Brasil: Expansão e qualidade. Revista **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 14, p. 101-113, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2014**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em 29/05/15>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Observatório do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/>>. Acesso em 19 dez. 2016.

_____. **QEDu**: Use dados.Transforme a educação. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/147-santa-maria/censo-escolar?year=2015&dependence=0&localizacao=0&education_stage=0&item=>>. Acesso em 4 jul. 2016.